

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2022, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, Trafigura Pte. Ltd. (“Trafigura”) e a Mubadala Development Company PJSC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“Port11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”)*: Um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) *Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)*: Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Há 983.407.010 Títulos Port11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pela MMX.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port 11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] * FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas (como definido abaixo)

FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste do Brasil, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelage realizada pelo Porto Sudeste do Brasil, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TMMF	-	-	-	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4
TMOG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No 4º trimestre de 2022, o Porto Sudeste do Brasil embarcou 5.506 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e zero toneladas de outras cargas (TMOG), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,02 (VpTMF e VpTDC) resultou em *royalties* de US\$ 33.162 mil no período. O acumulado de *Royalties* até esse trimestre é de US\$ 1.168.855 mil. Nenhum montante foi pago até este trimestre. Em 2022, totalizou-se 17,4 milhões de toneladas de minério de ferro embarcados.

A Porto Sudeste VM, subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil, tem US\$ 5.026 mil de *royalties* acumulados a receber, referente a quantidade de Títulos Port11 que detém (proporção de 0,43% do total).

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de Royalties (acumulado)	Embarcado 1º Trimestre 2022	Embarcado 2º Trimestre 2022	Embarcado 3º Trimestre 2022	Embarcado 4º Trimestre 2022	Take-or-pay/ Embarcado Acumulado
Volume TMMF (milhares de toneladas)	3.778	3.765	4.337	5.506	209.532
Volume TMOC (milhares de toneladas)	54	52	-	-	106
Preço por Tonelada (USD)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
PPI acumulado	1,02	1,02	1,02	1,02	0,58
Valor por Tonelada (USD)	6,02	6,02	6,02	6,02	5,58
Royalty Porto Sudeste (USD mil)	23.079	22.985	26.121	33.162	1.168.855
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste V.M. S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%
Royalty Porto VM Calculado (USD mil)	99	99	112	143	5.026
Caixa disponível para pagamento de Royalties	-	-	-	-	-
Royalty a pagar	-	-	-	-	-

Pagamento dos Royalties

O pagamento de Royalties em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos Royalties, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos Port 11 (“Caixa Disponível para Royalties”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *Royalties*, o caixa livre detido pela Porto Sudeste do Brasil for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste do Brasil de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste do Brasil menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste do Brasil por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste do Brasil, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste do Brasil exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Porto Sudeste do Brasil realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos Port11.

Caixa Gerado para Pagamento de Royalties (em milhares de reais)	1° Trimestre 2022	2° Trimestre 2022	3° Trimestre 2022	4° Trimestre 2022
Recebimento	296.825	302.046	286.593	306.343
Tributos Aplicáveis	(42.298)	(43.042)	(44.802)	(45.506)
Custo das Operações	(42.211)	(41.666)	(51.260)	(62.364)
Investimentos	(31.407)	(17.254)	(22.767)	(31.370)
Despesas Operacionais	(34.751)	(32.653)	(19.298)	(20.325)
Subtotal Geração de Caixa da Firma	146.158	167.431	148.465	146.778
Juros e Amortização da Dívida Sênior	(147.528)	(173.730)	(153.903)	(147.914)
Total Caixa gerado para Pagamento de Royalties	(1.370)	(6.299)	(5.438)	(1.135)

O saldo de caixa existente na Porto Sudeste do Brasil (visão Controladora) refere-se ao saldo de aportes dos acionistas e a saldos que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e Pis/Cofins depositados em juízo. Neste trimestre, não houve saldo de Caixa Disponível para pagamentos de *Royalties*.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties (em milhares de reais)	1° Trimestre 2022	2° Trimestre 2022	3° Trimestre 2022	4° Trimestre 2022
Saldo Disponível em Caixa ou Contas Bancárias	18.810	11.701	3.527	37.848
Saldo Contribuído pelos Acionistas e Saldos Obrigatórios	(18.810)	(11.701)	(3.527)	(37.848)
Saldo Caixa Disponível para Pagamento de Royalties	-	-	-	-

Contabilização do Port11

A Porto Sudeste do Brasil contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo.

A mensuração desses títulos Port 11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,90% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste do Brasil, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste do Brasil, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$2.638.831, que convertidos para Reais totalizou R\$13.768.633 (US\$2.530.995, que convertidos para Reais totalizou R\$14.124.218 em 31 de dezembro de 2021). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2022 em US\$11.239, que convertidos para reais totalizou R\$58.644 (US\$10.780, que convertidos para reais totalizou R\$ 60.159 em 31 de dezembro de 2021).

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$14.073 em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.052 em 31 de dezembro de 2021), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Itaguaí, 07 de março de 2023.

A Administração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí/RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

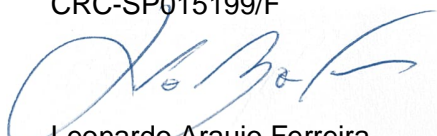
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.Ltda
CRC-SP015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-1RJ116384/O

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.848	9.604	99.223	76.538
Contas a receber de clientes	5	53.598	17.594	53.598	17.594
Contas a receber com partes relacionadas	16	180.120	96.169	410.890	117.172
Estoques	6	65.555	64.444	141.532	342.074
Impostos a recuperar		1.444	2.344	5.837	4.442
Dividendos a receber		1.448	1.448	-	-
Adiantamentos	8	37.500	33.115	37.500	33.115
Outros		6.115	4.564	9.647	4.575
Total do ativo circulante		383.628	229.282	758.227	595.510
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	12.318	11.130	12.318	11.130
Impostos a recuperar		-	7.224	-	7.762
Investimentos	9	48.781	51.972	-	-
Imobilizado	10	7.069.194	7.652.081	7.117.258	7.703.504
Intangível	11	11.395.499	12.314.731	11.395.499	12.314.731
Outros		55.785	44.155	56.235	44.752
Total do ativo não circulante		18.581.577	20.081.293	18.581.310	20.081.879
Total do ativo		18.965.205	20.310.575	19.339.537	20.677.389

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	67.313	58.653	123.320	166.700
Empréstimos e financiamentos	13	9.779	15.419	487.541	367.551
Impostos e contribuições a recolher	15	17.704	15.243	20.206	18.221
Partes relacionadas	16	61.912	12.662	5.242	2.022
Adiantamentos de clientes		249	768	249	768
Encargos trabalhistas		23.787	19.372	23.787	19.372
Outros		-	-	3.706	3.967
Total do passivo circulante		180.744	122.117	664.051	578.601
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	6.335.167	6.802.386	6.335.167	6.802.386
Títulos de remuneração variável	14	13.754.560	14.109.166	13.754.559	14.109.166
Provisão Passivo a descoberto	9	108.999	89.680	-	-
Provisão de contingências	18	7.476	483	7.501	493
Total do passivo não circulante		20.206.202	21.001.715	20.097.227	20.912.045
Patrimônio líquido	19				
Capital social		3.106.990	3.081.370	3.106.990	3.081.370
Adiantamento para futuro aumento de capital		41.600	12.810	41.600	12.810
Ajustes acumulados de conversão		364	109.621	364	109.621
Prejuízos acumulados		(4.570.695)	(4.017.058)	(4.570.695)	(4.017.058)
Total do patrimônio líquido		(1.421.741)	(813.257)	(1.421.741)	(813.257)
Total do passivo e patrimônio líquido		18.965.205	20.310.575	19.339.537	20.677.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita, líquida de venda de bens	20	1.121.262	1.131.030	4.149.051	6.598.133
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(465.281)	(426.233)	(3.500.842)	(5.908.803)
Resultado bruto		655.981	704.797	648.209	689.330
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(86.768)	(66.426)	(87.352)	(70.291)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(23.844)	(42.752)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	2.590.138	1.066.882	2.589.982	1.066.900
		2.479.526	957.704	2.502.630	996.609
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		3.135.507	1.662.501	3.150.839	1.685.939
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		797.957	225.461	1.062.473	208.853
Despesas financeiras		(4.487.101)	(2.281.210)	(4.766.949)	(2.288.040)
		(3.689.144)	(2.055.749)	(3.704.476)	(2.079.187)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(553.637)	(393.248)	(553.637)	(393.248)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(553.637)	(393.248)	(553.637)	(393.248)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(553.637)	(393.248)	(553.637)	(393.248)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	(109.257)	(142.433)	(109.257)	(142.433)
Total dos resultados abrangentes	(662.894)	(535.681)	(662.894)	(535.681)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.911.944	72.826	252.054	(3.623.810)	(386.986)
Integralização de Capital	169.426	(169.426)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	109.410	-	-	109.410
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(142.433)	-	(142.433)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(393.248)	(393.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.081.370	12.810	109.621	(4.017.058)	(813.257)
Integralização de Capital	25.620	(25.620)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	54.410	-	-	54.410
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(109.257)	-	(109.257)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(553.637)	(553.637)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.106.990	41.600	364	(4.570.695)	(1.421.741)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda	(553.637)	(393.248)	(553.637)	(393.248)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	256.902	260.404	256.914	260.436
Outras amortizações	9.455	41.142	9.492	41.803
Resultado de equivalência patrimonial	23.844	42.752	-	-
Atualização dos royalties	493.876	473.983	493.876	473.983
Variação monetária e juros	546.138	522.180	565.387	527.275
Outras provisões	32.629	2.395	32.590	(9.060)
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	(36.002)	6.627	(36.002)	7.079
Contas a receber - parte relacionada	(107.479)	78.683	(381.574)	153.481
Adiantamentos diversos	(40.115)	(51.732)	(40.152)	(440.084)
Estoques	(5.596)	(12.233)	192.578	(140.171)
Depósitos judiciais	(10.994)	(14.315)	(10.855)	(14.315)
Impostos a recuperar	(48.963)	(55.506)	(50.486)	(55.817)
Adiantamentos de cliente	192	1.525	192	1.525
Fornecedores	24.666	87.482	(28.667)	502.854
Impostos e contribuições a recolher	59.833	52.544	59.123	53.667
Obrigações com terceiros	11	(65)	11	(65)
Partes relacionadas	57.493	1.124	58.163	(19.991)
Outros ativos	11.306	(1.580)	7.784	(439)
Salários e remunerações	1.908	(828)	1.908	(828)
Juros pagos	(284.709)	(336.216)	(298.837)	(340.829)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	430.758	705.118	277.808	607.256
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(120.286)	(120.014)	(120.286)	(123.626)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(970)	(4.500)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(121.256)	(124.514)	(120.286)	(123.626)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	54.410	109.410	54.410	109.410
Empréstimos captados	-	-	2.008.607	1.545.513
Fiança bancária	(30.402)	(42.285)	(30.402)	(42.285)
Empréstimos liquidados- pagamento de principal	(308.912)	(500.149)	(2.179.709)	(1.954.012)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos	(284.904)	(433.024)	(147.094)	(341.374)
Diferença cambial líquida				
Variação cambial	3.646	(158.976)	12.257	(154.560)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	28.244	(11.396)	22.685	(12.304)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	9.604	21.000	76.538	88.842
No fim do exercício	37.848	9.604	99.223	76.538
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	28.244	(11.396)	22.685	(12.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A Trafigura Pte. Ltd. (“Trafigura”) e Mubadala Development Company PJSC (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,33% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo de R\$94.176 mil, prejuízos no exercício de R\$553.637 mil e prejuízos acumulados consolidados de R\$4.570.695 mil, e dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 é negativo em R\$1.421.741 mil. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$99.223 mil.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e possui fluxo de caixa operacional positivo. Contudo, considerando as limitações impostas pelos contratos da dívida sênior ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ou recurso de terceiros para suportar certas obrigações que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional (tais como taxas de garantias bancárias, e investimentos não relacionados à manutenção das operações de minério de ferro), de acordo com o modelo de negócios da Companhia, para os próximos 12 meses, estão previstos aportes de de R\$151.186 mil (equivalente a US\$28.976), que devem ser disponibilizados pelos acionistas.

No 4º trimestre de 2022, a Companhia embarcou aproximadamente 5,5 milhões de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas nesse trimestre, através do desembarque de 55 mil toneladas de carvão e 3 operações de transbordo a contra bordo atracado de petróleo (*ship-to-ship*), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro. No acumulado do ano, totalizou-se 17,4 milhões de toneladas de minério de ferro, 0,5 milhões de toneladas de outros graneis sólidos e 5 operações de transbordo de óleo cru.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - Rio de Janeiro - RJ. Esta concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da **Agência Nacional de Transportes Aquaviários** (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 07 de março de 2023, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

Com o início das operações em 1º de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	2022	2021	2022	2021		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de <i>royalties</i>
Porto Sudeste Exportação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	Brasil	Compra e venda de minério

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- (ii) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- (iv) Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.
- (v) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Sendo assim, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Investimentos--Continuação

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Todas as subsidiárias da Porto Sudeste são tributadas no regime do lucro real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor.. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.10. Receita de contrato com cliente

A IFRS 15, equivalente à norma CPC 47, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.10. Receita de contrato com cliente--Continuação

i) Venda de produtos

Para contratos com clientes nos quais a venda de produtos é geralmente designada como única obrigação de desempenho, não são esperados impactos significativos na demonstração de resultado da Companhia e controladas com a adoção da IFRS 15. A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá no momento em que o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

ii) Prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Companhia consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações.

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	12.053	9.370	12.925	10.532
Equivalentes de caixa	25.795	234	86.298	66.006
	37.848	9.604	99.223	76.538

A Companhia investe em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") diretamente de instituições financeira de primeira linha às quais mantém relacionamento e realiza Operações Compromissadas com lastro em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI ("CDI"), sem carência e com liquidez imediata.

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 75% e 101,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), .

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviço portuário	53.598	17.594	53.598	17.594
	53.598	17.594	53.598	17.594

O montante em aberto em 31 de dezembro de 2022 foi substancialmente recebido até o mês de fevereiro de 2023. A administração entende não haver necessidade de registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Brita	-	-	2.204	2.358
Minério de ferro	-	-	73.344	274.813
Almoxarifado	65.555	64.444	65.984	64.903
	65.555	64.444	141.532	342.074

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trustee ACC Itaú BBA (*)	12.318	11.130	12.318	11.130
	12.318	11.130	12.318	11.130

(*) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (*Trustee Account*), referentes à compra de terrenos para expansão do Porto Sudeste. O montante será realizado mediante obtenção das escrituras definitivas dos terrenos.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despachos aduaneiros	2.752	3.173	2.752	3.171
Combustível	9.349	10.542	9.349	10.542
Energia	2.580	2.739	2.580	2.739
Serviços	11.896	5.701	11.896	5.701
Máquinas e equipamentos	8.488	7.934	8.488	7.934
Outros	2.435	3.026	2.435	3.028
	37.500	33.115	37.500	33.115

9. Investimentos / Passivo a Descoberto

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções. A sociedade não teve operações em 2022.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos / Passivo a Descoberto--Continuação

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias. A sociedade não teve operações em 2022.

Porto Sudeste VM S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto VM foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 14. A sociedade não teve operações em 2022..

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Movimentação dos investimentos

	2021	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	2022
Pedreira	20.624	(66)	-	(1.344)	19.214
TCS	31.323	(300)	270	(2.035)	29.258
Porto VM	25	(401)	700	(15)	309
	51.972	(767)	970	(3.394)	48.781
Controladora - Passivo a Descoberto					
	31/12/2021	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	31/12/2022
Porto Sudeste Exportação	(89.680)	(23.077)	-	3.758	(108.999)
	(89.680)	(23.077)	-	3.758	(108.999)

(*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial totalizando R\$ 23.844.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos / Passivo a Descoberto--Continuação

Participações societárias e resumo das investidas

	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	2022		Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
			Ativo	Passivo			
Pedreira	99,98%	49.001	26.720	7.506	19.214	-	(66)
TCS	99,98%	3.447	2.286	-	2.286	-	(300)
Porto VM	100%	-	59.017	58.708	309	-	(401)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	508.736	617.735	(108.999)	3.531.755	(23.077)

	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	2021		Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
			Ativo	Passivo			
Pedreira	99,98%	49.001	24.607	3.983	20.624	-	(329)
TCS	99,98%	3.447	2.476	1	2.475	-	(389)
Porto VM	100%	-	60.416	60.391	25	-	(727)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	374.683	464.363	(89.680)	6.017.659	(41.307)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	151.991	1.317.247	167.511	57.379	5.542.356	50.837	7.287.321
Adições	276	3.719	3.600	94.806	289	20.941	123.631
Transferências	1.053	157	-	(4.954)	610	3.134	-
Depreciação no exercício	(13.739)	(61.297)	-	-	(94.078)	(1.306)	(170.420)
Efeito da conversão para reais	3.450	69.565	17.486	3.324	368.762	385	462.972
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	143.031	1.329.391	188.597	150.555	5.817.939	73.991	7.703.504
Adições	86	7.916	-	125.144	-	7.494	140.640
Transferências	2	(3.379)	-	1.021	-	2.356	-
Depreciação no exercício	(13.515)	(58.793)	-	-	(94.059)	(1.771)	(168.138)
Efeito da conversão para reais	(15.870)	(108.221)	(12.262)	(6.507)	(410.187)	(5.701)	(558.748)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	113.734	1.166.914	176.335	270.213	5.313.693	76.369	7.117.258
Saldos acumulados							
Custo	162.372	1.144.781	129.019	136.147	4.703.060	68.018	6.343.397
Depreciação acumulada	(59.355)	(211.981)	-	-	(638.215)	(5.277)	(914.828)
Efeito da conversão para reais	40.016	396.591	59.578	14.403	1.753.094	11.253	2.274.935
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	143.033	1.329.391	188.597	150.550	5.817.939	73.994	7.703.504
Custo	162.459	1.149.318	129.019	262.317	4.703.060	77.864	6.484.037
Depreciação acumulada	(72.871)	(270.774)	-	-	(732.274)	(7.048)	(1.082.967)
Efeito da conversão para reais	24.146	288.370	47.316	7.896	1.342.907	5.553	1.716.188
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	113.734	1.166.914	176.335	270.213	5.313.693	76.369	7.117.258

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o exercício de 2022, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável e após teste de valor recuperável realizado não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela *unidade geradora de caixa* ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto do custo médio ponderado de capital utilizada para mensuração do valor recuperável dos ativos foi de 7,00%. Essas projeções baseiam-se no Plano de Negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Companhia entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo, bem como em aquisições de minas de minério de ferro na região realizadas por seus acionistas.

11. Intangível

	<u>Licença portuária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.587.582
Amortização	(90.017)
Efeito da conversão para reais	817.166
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.314.731
Amortização	(88.776)
Efeito da conversão para reais	(830.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.395.499

A licença é amortizada ao longo do período de concessão do porto pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Durante o exercício de 2022, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 10, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

O valor presente dos ativos foi calculado utilizando um custo médio ponderado de capital de 7,00%.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aluguéis de equipamentos	3.160	1.520	3.160	1.520
Energia elétrica	2.120	2.331	2.120	2.331
Combustível	37	1	37	1
Obras em andamento	36.754	17.948	36.754	17.948
Minério	-	-	47.921	100.887
Frete ferroviário	-	-	8.016	6.761
Máquinas e equipamentos	2.342	9.783	2.342	9.783
Seguro	259	1.144	259	1.144
Serviços	22.641	25.926	22.711	26.325
	67.313	58.653	123.320	166.700

13. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	2022	2021	2022	2021
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	475.015	350.897	3.308.204	3.609.350
Encargos	2.947	1.329	1.151.657	1.066.644
Custo de transação	-	-	(19.698)	(21.791)
	477.962	352.226	4.440.163	4.654.203
Contratos em reais				
Principal	-	-	2.022.975	2.292.285
Encargos	9.579	15.325	-	-
Custo de transação	-	-	(127.971)	(144.102)
	9.579	15.325	1.895.004	2.148.183
	487.541	367.551	6.335.167	6.802.386

O passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Santander, Citibank, Daycoval, Itaú e ABC Brasil pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S/A. Já o passivo circulante de contratos denominados em reais refere-se aos juros relativos ao período de 15 de dezembro de 2022 até 31 de dezembro de 2022 dos contratos de financiamento com os credores BNDES e Bradesco, que são devidos de pagamento em 15 de março de 2023.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por moeda--Continuação

Os contratos de financiamento seniores com os credores BNDES e Bradesco com vencimento em dezembro de 2036, e com Deutsche Bank, Natixis e BTG com vencimento em dezembro de 2029, estabelecem período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023. Logo, não há qualquer obrigação de pagamento de principal aos credores seniores até 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos há o mecanismo de *cash sweep* que estabelece que, em caso de saldo de caixa positivo no trimestre, este saldo deve ser distribuído como pagamento de principal/amortização aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerão nos próximos 12 meses não constam no passivo circulante da Companhia.

Empréstimos por credor

Banco	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
			2022	2021
BNDES FINEM - nº 10.2.0265.1	5,51%/4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	777.157	870.547
BNDES FINEM - nº 12.2.1174.1 - Subcrédito A, B	5,73%/4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	420.821	471.391
BNDES FINEM - nº 12.2.1174.1 - Subcrédito C	3,40%/2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	210.406	251.111
BNDES FINEM - nº 4.003.109-P - Repassé AB	6,73%/5,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	414.314	464.163
BNDES FINEM - nº 4.003.109-P - Repassé C	4,40%/3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2029	209.856	250.398
Deutsche Bank/Natixis/BTG	4,00%/3,50% a.a. + Libor 3 meses	15/06/2037	699.476	826.203
Bradesco/PAV Lux(*)	4,50% a.a. + Libor 6 meses	15/06/2037	3.710.384	3.798.263
BTG	4,00% a.a. + Libor 1 mês	15/12/2036	50.201	51.622
Santander	7,71% a 8,50% a.a.	27/02/2023	194.582	250.322
Citibank	8,36% a 8,73% a.a.	27/02/2023	90.065	101.810
Daycoval	9,27% a 9,71% a.a.	17/02/2023	7.150	-
Itaú	8,77% a 9,31% a.a.	27/02/2023	137.973	-
ABC Brasil	5,50% a 7,15% a.a.	23/01/2023	47.992	-
			6.970.377	7.335.830
Custos de transação			(147.669)	(165.893)
			6.822.708	7.169.937

(*) Conforme contrato de cessão e assunção de dívida, assinado em 11 de março de 2021, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch (Cedente), que tinha 46,41% dessa dívida, cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes do contrato de empréstimo, que em 31 de dezembro de 2022, totalizava o montante de US\$ 330.028, para a PAV LUX S.Á.R.L., empresa do grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Não houve alteração nos termos contratuais, juros ou prazos de vencimento.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por credor--Continuação

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2022	2021
Ano de vencimento		
Até 1 ano	487.541	367.551
De 2 a 3 anos	347.920	160.684
De 4 a 5 anos	432.223	477.513
Acima de 5 anos	5.702.693	6.330.082
	6.970.377	7.335.830
Custos de transação	(147.669)	(165.893)
	6.822.708	7.169.937

Em 31 de dezembro de 2022, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	2022	2021
Dívidas em US\$ - até 7,0%	74.061	5.028.219
Dívidas em US\$ - acima de 7,0%	4.863.762	-
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	420.262	501.509
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	1.612.292	1.806.102
	6.970.377	7.335.830
Custos de transação	(147.669)	(165.893)
	6.822.708	7.169.937

Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores (*Standby Letters of Credit*), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacados: (a) utilização da estruturação *waterfall* de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em 2 vezes o valor do próximo pagamento de serviço da dívida; (c) após atingimento do Completion Financeiro, manutenção do covenant de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias e outras obrigações--Continuação

Não há *covenants* a serem atendidos em 31 de dezembro de 2022. Os *covenants* deverão ser atendidos a partir de janeiro de 2024, considerando as regras, prazo para cumprimento e períodos de medição de cada *covenant* individualmente.

Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio variou 6,5012% no período em relação ao dólar, passando de R\$5,5805/US\$ em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,2177/US\$ em 31 de dezembro de 2022, influenciando o saldo da dívida em dólares americanos que em 31 de dezembro de 2022 representava 70,84% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de junho de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas seniores relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 (mais 7 anos) para os contratos BNDES e Bradesco e até 15 de dezembro de 2029 (mais 6 anos) para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de *cash sweep* nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência; e (g) atualização de certos indicadores e *covenants*.

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)

Em fevereiro de 2014, Trafigura Pte. Ltd. (“Trafigura”) e a Mubadala Development Company PJSC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“Port11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”): Um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”): Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos Port 11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos P11 (“Royalties”), apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties do Porto Sudeste do Brasil, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste do Brasil, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TMMF	-	-	-	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4
TMOC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *Royalties*, o caixa livre detido pela Porto Sudeste do Brasil for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste do Brasil de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste do Brasil menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste do Brasil por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste do Brasil, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste do Brasil exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Porto Sudeste do Brasil realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *royalties* aos detentores dos Títulos Port11.

A Porto Sudeste do Brasil contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos *royalties*. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de *Royalties* Acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

A mensuração desses títulos Port11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,90% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste do Brasil, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste do Brasil, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, entre outros.

Movimentação dos Royalties						
2021	Pagamentos	Ajuste a valor presente	Efeitos inflacionários	Revisão de premissas	Efeito da conversão para Reais	2022
Royalties	14.124.219	-	1.615.844	1.473.685	(2.595.593)	13.768.633
Custo de emissão	(15.053)	-	-	-	980	(14.073)
Total	14.109.166	-	1.615.844	1.473.685	(848.542)	13.754.560

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$2.638.832, que convertidos para Reais totalizou R\$13.768.633 (US\$2.530.995, que convertidos para Reais totalizou R\$14.124.219 em 31 de dezembro de 2021). A atualização do saldo correspondente ao ajuste a valor presente dos títulos para os 12 meses de 2022 foi de US\$314.495, que convertidos para reais totalizou R\$1.615.844, registrados como despesa financeira. As alterações de premissas operacionais nas projeções que suportam o cálculo dos títulos totalizaram R\$2.595.593, montante este, que deduzido do valor de R\$5.455 referente a outras receitas e despesas operacionais, totaliza o saldo de R\$2.590.138 registrados como outras despesas (receitas) operacionais. Os ajustes de PPI, efeitos inflacionários, totalizaram R\$1.473.685, registrados como despesa financeira.

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$14.073 em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.053 em 31 de dezembro de 2021), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ISS	4.534	5.880	7.025	8.848
INSS terceiros	739	540	739	540
ICMS	212	661	213	661
IRRF	1.394	1.427	1.394	1.427
CIDE sobre importação	757	202	757	202
PIS e COFINS	10.039	6.525	10.049	6.534
Outros	29	8	29	9
	17.704	15.243	20.206	18.221

16. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Ativos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	80.075	-	-	-
Mineração Morro do Ipê (a)	100.045	96.169	100.045	96.169
Trafigura PTE (b)	-	-	310.845	21.003
	180.120	96.169	410.890	117.172
<u>Passivos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	56.670	10.640	-	-
Trafigura PTE (c)	5.242	2.022	5.242	2.022
	61.912	12.662	5.242	2.022
<u>Receitas</u>				
Trafigura PTE (b)	-	-	3.531.754	6.026.608
Mineração Morro do Ipê (a)	365.566	441.956	365.566	441.956
Porto Sudeste Exportação (a)	503.965	550.555	-	-
Trafigura (Brasil) (a)	-	742	-	742
	869.531	993.253	3.897.320	6.469.306
<u>Despesas</u>				
Trafigura PTE	7.905	4.631	17.975	13.941
	7.905	4.631	17.975	13.941

(a) Contratos de prestação de serviços portuários.

(b) Contratos de venda de minério de ferro com parte relacionada no exterior, mantidos através de sua Controlada Porto Sudeste Exportação.

(c) A Companhia mantém contratos de compartilhamento dos custos de atividades de TI e penalidade pelo não cumprimento devido ao atraso na entrega e disponibilidade da carga para exportação firmados com a Trafigura Pte. LtdOs custos das atividades sujeitas ao compartilhamento cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordo entre as partes.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 13, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.À.R.L., empresa do grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.À.R.L. passa a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US\$330.028 equivalente a R\$1.721.989 em 31 de dezembro de 2022.

Remuneração dos administradores

O montante de R\$ 7.049 (R\$4.933 em 2021) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pago em 2022.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, da Companhia, não registradas, entretanto, nas demonstrações financeiras, considerando que o Porto ainda encontra-se em período de *ramp-up*, sem histórico de lucro tributável, e ainda sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	831.984	753.967	854.758	772.417
Base negativa de contribuição social	299.514	271.428	307.713	278.070
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	122.546	163.176	122.546	163.176
Amortização da licença	100.794	72.922	100.794	72.922
Atualização dos <i>royalties</i>	452.278	240.895	452.278	240.895
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	(1.557.163)	(2.029.899)	(1.561.267)	(2.036.325)
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos (b)	1.188.870	1.583.643	1.192.615	1.587.821
Outros	18.832	27.152	18.832	27.152
Total de créditos fiscais diferidos (<u>não registrados contabilmente</u>)	1.457.655	1.083.284	1.488.269	1.106.128

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a valorização do Dólar comparada ao Real em 2022, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.

(b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(553.637)	(393.248)	(553.637)	(393.248)
Crédito com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(188.237)	(133.704)	(188.237)	(133.704)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	3.896	11.189	-	-
Juros <i>Thin Cap</i>	53.540	43.087	53.540	43.087
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	445.090	(478.858)	443.238	(484.399)
Outros	(215.925)	28.941	(215.625)	29.374
Créditos fiscais	98.364	(529.345)	92.916	(545.642)

18. Provisão de contingências

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

a) Provável

Refere-se, principalmente, a embargos de terceiros apresentados pela Porto Sudeste do Brasil em desfavor do Governo Federal (União) para recuperar um investimento de renda fixa (CDB) perante o Banco Itaú, que foi penhorado por uma ação iniciada pela União contra a MMX. Tal CDB foi comprado pela Porto Sudeste em conformidade a um contrato de compra de terreno celebrado pela Porto Sudeste para servir como garantia um pagamento contingente. O valor provisionado desta causa, R\$5.979, representa 80% do saldo registrado.

	Consolidado	
	2022	2021
Contingências tributárias	6.511	-
Contingências trabalhistas	990	493
Total de contingências prováveis	7.501	493

b) Possível

Há 143 ações indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram distribuídos para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão de contingências--Continuação

b) Possível--Continuação

Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas réus teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada pelos mesmos. Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilícitos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações é de R\$140 milhões, considerando 5 ou 3 réus em cada ação, sendo de aproximadamente R\$40 milhões o valor equivalente à PSB, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima.

Considerando que a maioria dos processos está em fase muito inicial, uma vez que os réus (Porto Sudeste e demais empresas) ainda não apresentaram contestação e que os 146 processos estão sendo consolidados pelo juízo em blocos menores de ações, nossos advogados externos classificaram o risco como "possível".

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
PSA Fundo de Investimentos e Participações	1.077.031.635	3.086.160	99,33
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.336.766	18.299	0,59
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.531	0,08
Total	1.084.244.676	3.106.990	100

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil da variação cambial dos balanços elaborados na moeda funcional da Companhia (Dólar) registrados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em maio de 2020, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$72.826.

Em março de 2021, os acionistas Trafigura e Mubadala aportaram, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$ 96.600 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital.

Em novembro de 2021, o acionista Mubadala aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$ 12.810 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital.

Em fevereiro de 2022, o acionista Trafigura aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$ 12.810 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital.

Em outubro de 2022, o acionista Mubadala aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$ 20.800 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital.

Em novembro de 2022, o acionista Trafigura aportou, por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, R\$ 20.800 na Companhia como Adiantamento para futuro aumento de capital.

d) Integralização de Capital

Em abril de 2021, foi integralizado o valor de US\$31.300 equivalentes a R\$169.426 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio de 2020 e março de 2021, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,60% de participação na Companhia (0,65% em 31 de dezembro de 2020).

Em julho de 2022, foi integralizado o valor de US\$4.700 equivalentes a R\$25.620 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em novembro de 2021 e fevereiro de 2022, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,59% de participação na Companhia (0,60% em 31 de dezembro de 2021).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta prestação de serviço	1.294.624	1.326.717	790.658	785.111
Receita bruta venda minério de ferro (*)	-	-	3.531.755	6.017.659
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	(62.868)	(72.386)	(62.868)	(72.386)
PIS	(19.710)	(21.994)	(19.710)	(21.994)
COFINS	(90.784)	(101.307)	(90.784)	(101.306)
Outros (vendas canceladas)	-	-	-	(8.951)
Receita líquida	1.121.262	1.131.030	4.149.051	6.598.133

(*) A totalidade da receita apurada pela Companhia é oriunda da exportação de minério de ferro, que não está sujeita às deduções de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, conforme determinado pelo artigo 149 da Constituição Federal. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final.

21. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(3.023.606)	(5.473.693)
Custos com materiais	(24.603)	(25.395)	(24.603)	(25.395)
Utilidades	(24.141)	(22.261)	(24.141)	(22.261)
Manutenção	(3.361)	(2.464)	(3.361)	(2.464)
Depreciação/amortização	(254.927)	(259.875)	(254.939)	(259.875)
Aluguel de equipamentos	(26.009)	(17.530)	(26.009)	(17.530)
Seguro	(13.924)	(13.905)	(13.924)	(14.025)
Serviços externos	(44.378)	(22.398)	(44.296)	(20.881)
Demurrage	-	-	(10.070)	(9.378)
Salários	(68.109)	(58.507)	(68.139)	(58.507)
Outros	(5.829)	(3.898)	(7.754)	(4.794)
	(465.281)	(426.233)	(3.500.842)	(5.908.803)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	(1.975)	(529)	(1.975)	(561)
Serviços de terceiros	(34.082)	(21.959)	(34.300)	(23.435)
Salários e encargos	(43.679)	(35.686)	(43.679)	(35.686)
Manutenção e conservação	(2.214)	(532)	(2.214)	(615)
Materiais	(876)	(752)	(876)	(984)
Combustíveis/comunicação	(125)	(261)	(125)	(287)
Outros	(3.817)	(6.707)	(4.183)	(8.723)
	(86.768)	(66.426)	(87.352)	(70.291)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Juros	(408.526)	(509.943)	(424.267)	(516.136)
Impostos sobre resultados financeiros	(1.067)	(2.638)	(1.182)	(3.145)
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i> (nota 14)	(3.089.529)	(1.626.537)	(3.089.529)	(1.626.537)
Variação cambial	(939.231)	-	(1.202.845)	-
Outros	(48.748)	(142.092)	(49.126)	(142.222)
	(4.487.101)	(2.281.210)	(4.766.949)	(2.288.040)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	2.943	1.463	9.191	3.648
Efeitos inflacionários (nota 14)	-	71.416	-	71.416
Variação cambial (*)	794.278	152.249	1.052.517	133.441
Outros	736	333	765	348
	797.957	225.461	1.062.473	208.853
Resultado financeiro líquido	(3.689.144)	(2.055.749)	(3.704.476)	(2.079.187)

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2016.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia realiza o gerenciamento de risco no âmbito consolidado, aproveitando a possível sinergia entre os negócios para dirimir o risco.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos derivativos e de *hedge* contratados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Ativos financeiros	Consolidado 2022			Consolidado 2021		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e depósitos bancários	12.925	-	12.925	10.532	-	10.532
Equivalentes de caixa	-	86.298	86.298	-	66.006	66.006
Contas a receber de clientes	53.598	-	53.598	17.594	-	17.594
Contas a receber de partes relacionadas	410.890	-	410.890	117.172	-	117.172
	477.413	86.298	563.711	145.298	66.006	211.304

Os principais passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores	(123.320)	(166.700)
Empréstimos e financiamentos	(6.970.377)	(7.335.829)
Contas a pagar a partes relacionadas	(5.242)	(2.022)
	(7.098.939)	(7.504.551)

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) pode ser realizada por meio de uma análise das exposições aos riscos (taxa de câmbio, taxa de juros, preço da *commodity*, entre outros).

A tomada de decisão frente ao risco identificado e mensurado será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a administração considerar o risco relevante.

Risco de mercado e financeiros

A Companhia entende que existem riscos relevantes considerando as variáveis as quais os empréstimos e financiamentos estão expostos no final do exercício. As variáveis de riscos são: (i) exposição à flutuação da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar norte-americano, exposição à inflação IPCA e exposição ao indexador Libor de taxas de juros. A Companhia entende que as despesas financeiras oriundas da flutuação da taxa do dólar serão naturalmente protegidas pelas receitas da Companhia que também serão denominadas na mesma moeda. O IPCA gera risco para a Companhia, vis-a-vis seu nível de variação e imprevisibilidade ao longo dos últimos anos, pois impacta a parte variável da parcela de juros das dívidas que compreendem esse indicador, representando 23,13% do endividamento total.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado e financeiros--Continuação

O preço global do minério de ferro, bem como as demais variáveis que impactam a precificação da commodity exportada no Brasil, como frete marítimo, penalidade e prêmios de qualidade, entre outros, podem impactar a geração de receita da Companhia, tanto pelo lado da oferta quanto pelo preço do serviço portuário.

Risco cambial

A Companhia está suscetível a sofrer impactos financeiros, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas ao Real, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos e títulos de remuneração variável. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em dólar, a Companhia possui um hedge natural, motivo pelo qual com o início das operações, a administração alterou a moeda funcional para o dólar. Com a alteração da moeda funcional, a Companhia fica exposta, contabilmente, no endividamento denominado em Reais. Flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida. A Companhia possui dívida indexada a taxas flutuantes e a taxas fixas. Contudo, os saldos devedores em 31 de dezembro de 2022 representam cerca de 23,13% atrelados ao IPCA, 63,99% atrelados à Libor, 6,03% atrelados à UMBNDES (Cesta de Moedas) e 6,85% atreladas a taxa fixa. Adicionalmente, a administração monitora o risco associado à incerteza sobre o fluxo de caixa no curto, médio e longo prazos decorrente da indexação a taxas flutuantes e, se entender necessário, pode efetuar operações de *hedge* para reduzir a exposição do fluxo de caixa do serviço da dívida.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

Considerando o mecanismo de *cash sweep* da dívida sênior, as disponibilidades e a geração de caixa da prestação de serviço portuário são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar as linhas de crédito em aberto com bancos para operações de Trade Finance (ACC/ACE).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo demonstra a projeção de liquidação de obrigações da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

	Fluxos futuros projetados para o vencimento					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	123.320	-	-	-	-	123.320
Partes relacionadas	5.242	-	-	-	-	5.242
Empréstimos e financiamentos	487.541	-	140.549	639.593	5.702.694	6.970.377
Royalties	-	-	565.093	4.786.734	88.732.054	94.083.881
Total por faixa de prazo	616.103	-	705.642	5.426.327	94.434.748	101.182.820

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar estes riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto com cada contraparte.

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

Posições representativas do risco de crédito	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	99.223	76.538
Contas a receber de clientes	53.598	17.594
Depósito vinculado	12.318	11.130
	165.139	105.262

25. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas contratam cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Cobertura de seguros--Continuação

As apólices contratadas englobam a cobertura para riscos operacionais, à terceiros e responsabilidade civil ambiental e de administradores, além de apólice de seguro de vida em grupo para os colaboradores.

<u>Risco coberto</u>	<u>Limite máximo de cobertura</u>
Responsabilidade civil dos administradores	R\$40.000
Apólice de operador portuário - responsabilidade civil	US\$200.000
Apólice de operador portuário - danos físicos	US\$200.000
Responsabilidade civil de riscos ambientais	R\$50.000

A Companhia considera que as coberturas destas apólices são consistentes às utilizadas em seu segmento e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia seguindo as melhores práticas de gestão de risco.

Conselho de Administração

Julien Rolland - Presidente
Oscar Pekka Fahlgren - Vice-Presidente
Jesus Fernandez López - Conselheiro
Hani Barhoush - Conselheiro
Carlos Bernardo Pons Navazo - Conselheiro

Kelly Michele Thomson - Conselheiro

Diretoria

Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Thiago Roldão - Diretor Financeiro



Alexandre Carvalho de Andrade
Contador
CRC-RJ 114354/O-4